

CONCEPÇÕES DE SOCIEDADE E DIREITOS DE CIDADANIA EM QUESTÃO: NOVOS DESAFIOS PARA O MUNDO RURAL BRASILEIRO

Maria Ignez Silveira Paulilo¹
Valmir Luiz Stropasolas²
Karolyna Marin Herrera³

A Revista Raízes publica neste número o Dossiê *Concepções de Sociedade e Direitos de Cidadania em Questão: novos desafios para o mundo rural Brasileiro*, com uma seleção de artigos apresentados nos Grupos de Trabalho (GTs) do VIII Encontro da Rede de Estudos Rurais, ocorrido no período de 27 a 30 de Agosto de 2018 na Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis (SC). Os artigos foram selecionados pelos coordenadores dos GTs e abordam uma diversidade de temas relevantes do mundo rural contemporâneo a partir de diferentes perspectivas e áreas do conhecimento.

A publicação dos melhores artigos de cada evento tem sido uma prática recorrente da Rede de Estudos Rurais, uma instituição herdeira de uma fértil história e de uma tradição crítica de estudos e debates no âmbito das Ciências Sociais e Humanas, orientadas para as temáticas e questões do mundo rural brasileiro.

O título deste dossiê resgata o tema norteador do evento, que foi definido com o intuito de aprofundar a compreensão analítica em torno de distintas concepções de sociedade e de projetos de desenvolvimento, expressos por diferentes agentes sociais no âmbito dos territórios rurais, com implicações no acesso e manutenção de direitos de cidadania e na reprodução sociocultural e econômica dos povos do campo, dos estabelecimentos agrícolas familiares e não familiares, entre outros.

É importante enfatizar a qualidade das apresentações feitas pelos palestrantes nas mesas organizadas para esse Encontro da Rede, as quais trouxeram abordagens inovadoras e preparadas com dedicação, consistência e profundidade, demonstrando respeito e cumplicidade com tudo o que representa a Rede⁴. Cabe salientar, também, que esta entidade já se consolidou como um espaço diferenciado, pela sua tradição de debates aprofundados, para se discutir com propriedade resultados de estudos e pesquisas multidisciplinares sobre os fenômenos e problemáticas rurais. A riqueza dos debates estabelecidos nos GTs foi fruto de um confronto respeitoso de ideias e abertura

¹ Doutora em Antropologia Social-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Professora Voluntária da UFSC. E-mail: ipaulilo@terra.com.br

² Doutor em Ciências Humanas/UFSC, Professor do Centro de Ciências Agrárias/UFSC. E-mail: valmir.stropasolas@ufsc.br

³ Doutora em Sociologia Política-UFSC, Professora Departamento de Zootecnia e Desenvolvimento Rural-CCA/UFSC. E-mail: karolynaherrera@yahoo.com.br

⁴ Todas as mesas do evento foram filmadas e os vídeos estão disponíveis no canal da Rede de Estudos Rurais no YouTube. As filmagens podem ser acessadas a partir do link: https://youtu.be/_5NAmKQw49k

ao diálogo, o que confirma, uma vez mais, o acerto em se apostar numa metodologia original, ousada e eficiente na promoção das discussões entre os presentes nos GTs.

Cabe destacar, também, a presença marcante no Encontro de estudantes que se envolveram ativamente nas diversas atividades organizadas para o evento, particularmente nas comissões locais. O evento reuniu as condições necessárias e se constituiu numa referência importante para um segmento expressivo e heterogêneo de estudantes dos diferentes níveis acadêmicos e das mais diversas áreas do conhecimento, envolvendo pesquisadores e pesquisadoras de cursos como ciências sociais, sociologia política, antropologia, economia, agronomia, zootecnia, agroecossistemas, geografia, história, administração, entre outros.

De maneira geral, vivenciou-se um ambiente favorável para a realização de discussões teóricas e metodológicas, troca de experiências, conhecimentos e ideias envolvendo diferentes gerações de docentes, estudantes, pesquisadores e pesquisadoras, dentre os quais tivemos a presença massiva de fundadoras(es) da Rede, como também uma grande quantidade de associados(as) que se fazem presentes nos diversos encontros, ajudando a construir e multiplicar os fundamentos e os princípios da livre expressão de saberes, ideias e proposições sobre o rural, como também balizar e sustentar as dinâmicas metodológicas que promovem o debate das diversas temáticas nos GTs da Rede, que distinguem esta singular associação científica da grande maioria dos eventos acadêmicos organizados com a apresentação formal e protocolar de trabalhos acadêmicos.

Os coordenadores dos GTs elaboraram ementas para fundamentar a submissão, a seleção e o debate dos trabalhos durante o evento, levando-se em conta um conjunto de temáticas e questões consideradas de enorme relevância e atualidade nos contextos rurais. Nesse sentido, os(as) autores(as) dos trabalhos integrantes deste dossiê elaboraram as suas reflexões inspirando-se num conjunto de temas e ementas propostos para o VIII Encontro a partir de um diálogo estabelecido entre a diretoria da Rede, a comissão local do evento e os coordenadores dos GTs.

Faremos, a seguir, uma síntese dos principais aspectos conceituais e das problemáticas circunscritas aos temas norteadores dos Grupos de Trabalho deste evento da Rede. Para isso, nos apoiaremos nas ideias e proposições contidas nas ementas elaboradas pelos coordenadores dos GTs, a quem damos todo o crédito, agradecemos e parabenizamos pela qualidade das propostas apresentadas e, também, pela competência no exercício de coordenação dos trabalhos debatidos nos seus respectivos espaços de discussão.

Chamamos a atenção para alguns aspectos colocados em relevo nessas ementas e que nos remetem ao contexto político-institucional em que se realizou este evento da Rede e seus desdobramentos recentes. Já se apontava, naquela oportunidade, a implementação pelos dirigentes do Estado brasileiro de medidas retrógradas e desestruturadoras das conquistas democráticas, dos direitos de cidadania, das políticas públicas e dos espaços de participação da sociedade civil,

afetando profundamente as agriculturas de base familiar e camponesa e os povos e comunidades tradicionais; cenário conservador que se aprofundou com o atual governo. Vejamos, então, a partir das contribuições dos próprios coordenadores, alguns aspectos importantes presentes nos conteúdos temáticos propostos e debatidos nos grupos de trabalho organizados para esta edição dos encontros da Rede.

Uma das temáticas fundamentais debatidas no âmbito de um grupo temático tratou da “Posse, propriedade e formas de acesso à terra no Brasil: legislação, conflitos e formas de resistência”. Os pesquisadores buscaram centrar-se na avaliação, balanço e reflexão da formação histórica do conceito de propriedade no Brasil, sua evolução desde o período colonial até a atualidade, tanto na legislação como nas práticas sociais historicamente existentes. Dentro deste escopo estão os estudos sobre titularidade jurídica do solo, sobre o regime de datas e sesmarias às formas de propriedade estabelecidas a partir da Lei de Terras de 1850, comportando também a análise e apreciação de diferentes formas de apropriação do solo por comunidades indígenas, quilombolas, povos tradicionais, e meios de uso comum, como as experiências dos faxinais e os fundos de pastagem. Partindo do pressuposto de que o conceito de propriedade privada individual não é natural, nem autoexplicativo, mas possui uma história e diferentes meios de desdobramento, buscou-se avaliar tanto aspectos da evolução legislativa e judicial sobre este tema, quanto na existência, desde o passado até os dias atuais, de diferentes regimes de propriedade que convivem, não sem conflitos, na mesma formação social. No âmbito deste debate, permanece o entendimento de que o acesso à terra continua sendo um aspecto relevante e importante ponto de partida para a inclusão social e para uma efetiva democratização da sociedade brasileira.

Um outro grupo de pesquisadores debateu uma temática que também é de grande relevância para os estudos rurais, mais precisamente: “Ruralidades, Meio Ambiente e Conflitualidades”. Este espaço de reflexões possibilitou a continuidade no âmbito da Rede dos debates acerca das relações entre as dinâmicas rurais emergentes no Brasil (e na América Latina) nas últimas décadas e os processos de mudança socioambiental vivenciados nos espaços rurais, neste mesmo período. As pesquisas debatidas revelam a diversidade de situações em que as temáticas da ruralidade e do meio ambiente se cruzam, bem como as principais tendências, modos de articulação entre atores, dinâmicas de conflitos e formas de institucionalização de instrumentos de preservação da natureza.

Os eixos teórico-metodológicos que balizaram os debates foram: a importância de pensar as relações entre ruralidades e meio ambiente numa chave processual; a centralidade da investigação sobre as múltiplas manifestações do poder nos conflitos ambientais e nos processos socioambientais; e a produção discursiva de alternativas políticas, teórico-conceituais e normativas para o tratamento da questão ambiental nos espaços rurais.

Em suma, o debate em torno dos conflitos ambientais e da conservação da natureza, em suas múltiplas interfaces com o tema das ruralidades, envolve diretamente as lutas políticas entre diferentes concepções de sociedade, permitindo expandir as noções de democracia, cidadania e justiça. Concomitantemente, refere-se fundamentalmente a um conjunto diversificado de direitos – muitas vezes negados ou ameaçados – das populações rurais: direito à terra, à água, às florestas, a seus territórios tradicionais, à autodeterminação, entre muitos outros. O debate em torno das interfaces entre ruralidades e meio ambiente se torna ainda mais urgente num momento em que diversas investidas conservadoras – resultantes da articulação entre novos padrões de acumulação capitalista que opera em escala global e de forças reacionárias do patronato rural – impõem uma agenda regressiva tanto para a questão ambiental quanto para o rural brasileiro. Os recentes incêndios florestais criminosos na Amazônia, no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro em SC, entre outros Biomas brasileiros, ilustram estas investidas de setores da economia do agronegócio e de grandes capitais internacionais visando se apropriar das riquezas naturais, minerais e da biodiversidade em nosso país.

Uma temática de grande importância para os estudos rurais, que se refere à “Multissetorialidade do rural: ação pública, dinâmicas e atores correspondentes”, reuniu diversos estudiosos numa perspectiva analítica multidimensional e interdisciplinar. Recentemente, os cientistas sociais com enfoque nos estudos rurais intensificaram e alargaram o escopo das perspectivas analíticas que valorizam o potencial da ação pública na promoção de mudanças na sociedade brasileira, especialmente mudanças capazes de reduzir a segregação espacial, a pobreza e as inúmeras expressões de desigualdade. Nestas duas últimas décadas, especialmente durante os governos democráticos populares, diversas políticas e instrumentos de ação pública reconheceram direitos, atores, estratégias e dimensões que configuram o rural contemporâneo. Contudo, as medidas recentes tomadas pelos dirigentes governamentais desestruturam estes avanços que haviam sido conquistados para um conjunto expressivo de grupos sociais rurais, verificando-se, atualmente, um vazio político institucional no que diz respeito às políticas públicas para as agriculturas de base familiar e camponesa, como também para os povos e comunidades tradicionais. Mais que isso, acentuam-se as tentativas de privatização das terras e bens comunais, dos territórios tradicionais e das unidades de conservação ambiental, nas diversas regiões do Brasil.

Partindo deste cenário e ampliando o olhar sobre as ações que intervieram nos espaços e na vida social das chamadas populações do campo, os debates travados no âmbito deste grupo temático visaram: olhar o desenrolar da ação pública em grupos sociais específicos, como quilombolas, indígenas, faxinalenses, extrativistas, pantaneiros, assentados da reforma agrária, agricultores de fundo de pasto, agricultores familiares em extrema pobreza, entre outros; analisar como as estratégias de reprodução social foram contempladas, afetadas ou reconfiguradas a partir da ação

pública, considerando neste escopo atividades agrícolas (e a diversidade de práticas aqui inseridas), a pecuária, o extrativismo, o artesanato, a agroindustrialização, o turismo, serviços ambientais; abarcar a atuação da ação pública no espaço rural, considerando dimensões como saúde, educação, cultura, segurança alimentar e nutricional, assistência social, infraestrutura, segurança, meio ambiente; refletir sobre as possibilidades diversas oportunizadas pela ação pública, mediante programas sociais, redimensionando o alcance de objetivos e expectativas não produtivistas pressupostas pela política, mas simbolicamente e singularmente importantes para a institucionalidade das realizações dos atores.

Algumas questões instigadoras concebidas neste debate podem resultar em novos campos de investigação e de estudos, entre as quais, destacam-se as seguintes: como o Estado tratou e incorporou a diversidade de atores do mundo rural em suas ações? Quais e como identidades foram fortalecidas, fragilizadas ou ressignificadas a partir desta atuação? Que conflitos, desencontros e confluências foram evidenciadas na interação entre Estado e sociedade na realização das ações públicas?

Uma temática recorrente nos estudos rurais, contemplada e debatida no âmbito de um grupo temático do evento, diz respeito ao “Trabalho rural, mobilidade espacial e expropriação de direitos”. Cabe salientar que, nas últimas décadas, a produção de commodities agrícolas e minerais teve um crescimento significativo no Brasil e em vários países latino-americanos. Diversos estudos demonstram que esta produção, voltada sobretudo para o mercado externo, é controlada por grandes empresas nacionais e multinacionais. Junto à incorporação de tecnologias de ponta, o labor em condições precárias e a superexploração do trabalho continuam fazendo parte do cotidiano dos trabalhadores rurais – mesmo que de modo reconfigurado. No que concerne ao mais recente processo de reestruturação produtiva no agronegócio, pesquisas apontam para transformações nas estratégias de gestão e de seleção no mercado laboral. Esses mecanismos tendem a acentuar ainda mais a exploração do trabalho, estimular a segregação entre os trabalhadores – seja pela origem, gênero, etnia, capacidade produtiva e etc – e renovar a forma de controle e de disciplinamento. Importa ressaltar que o mercado de trabalho rural, marcado pela forte presença de migrantes, é composto por uma complexa teia de intermediação e recrutamento. Questão fundamental, nesse sentido, é a ampliação e a celeridade com que cada vez mais tais trabalhadores circulam em atividades diversas, entrecortando setores e complexificando tanto os recortes convencionais entre rural e urbano, quanto a relação entre o trabalho camponês e proletário.

No contexto da mais recente crise do capitalismo tem sido levado a cabo, em diversos países, um programa que retira direitos básicos conquistados pelos trabalhadores, em especial, no âmbito da legislação trabalhista e da seguridade social (ainda que muitos desses direitos previstos em lei muitas vezes não tenham se efetivado concretamente). Considerando o caso do Brasil e de

outros países, tais transformações são extremamente significativas, uma vez que o atendimento às normativas legais no campo era exceção e que o sindicalismo mais recente era pautado pelo legalismo e pela luta por direitos outrora garantidos na legislação trabalhista para outras frações de trabalhadores. Esse horizonte de transformações, portanto, acarreta grandes desafios para a ação sindical e para os movimentos sociais aliados dos trabalhadores assalariados rurais e camponeses.

Essa complexa problemática foi debatida pelos integrantes deste grupo temático, os quais discutiram os fenômenos vinculados ao labor rural, buscando agregar e abrir interlocução entre os pesquisadores e pesquisadoras para a reflexão de agendas, desafios e perspectivas de investigação em torno do tema.

Outra problemática muito importante debatida num grupo temático e considerada fundamental para analisar as drásticas mudanças havidas recentemente na ação do Estado junto aos espaços rurais no Brasil, intitulada “Configurações das Políticas Públicas no Rural Contemporâneo: Explorando novas perspectivas analíticas num cenário de austeridade, autoritarismo e desregulamentação”, reuniu um grupo expressivo de pesquisadores e pesquisadoras de diversas regiões brasileiras. No contexto dos anos 2000, as políticas públicas brasileiras voltadas à agricultura e ao mundo rural estiveram inscritas em um ciclo histórico marcado por tendências contraditórias. A intensificação dos processos de captura e apropriação dos recursos econômicos e ecológicos, em meio a um super ciclo de valorização das commodities agrícolas e minerais (2003-2012), se fez acompanhada de uma série de políticas que buscaram sustentar estas dinâmicas de acumulação. Observou-se, também, sob a administração de governos progressistas, liderados, no caso brasileiro, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), a estruturação de políticas inovadoras de fortalecimento da agricultura familiar e de promoção do desenvolvimento rural, que incorporaram demandas apresentadas por setores historicamente marginalizados da população do campo.

Em tempos recentes, as condições políticas e econômicas que deram sustentação a essas dinâmicas parecem ter se esgotado. No contexto brasileiro, marcado pelo aprofundamento da crise econômica e política que culminou no impeachment de Dilma Rousseff, rupturas abalaram a arquitetura política e institucional que até então permitira a coexistência, no interior do aparelho do Estado, desses projetos diferenciados. As transformações recentes nos marcos regulatórios da política agrícola, ambiental, de exploração mineral, de regularização fundiária, entre outras, impactam direitos até então garantidos pela Constituição de 1988, ao mesmo tempo em que impingem novas lógicas de uso dos recursos naturais e de governo das populações. A extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário e a interrupção de boa parte das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar sinalizam uma nova configuração do ponto de vista da intervenção governamental e anunciam dinâmicas político-institucionais diferenciadas em relação ao período anterior. Esse cenário complexo demanda uma renovação das abordagens teóricas e metodológicas

nos estudos rurais, bem como a criação de novos espaços para o diálogo plural e interdisciplinar acerca das recentes transformações observadas nas políticas públicas no rural contemporâneo, renovando (ou revisitando) perspectivas de análise e estratégias metodológicas. É importante reconhecer que, nas últimas décadas, o estudo das políticas públicas para a agricultura e o mundo rural brasileiro alcançou uma série de avanços importantes, incorporando chaves analíticas e orientações metodológicas ligadas, por exemplo, ao institucionalismo (em suas distintas vertentes), às abordagens cognitivas, à antropologia das políticas públicas, à análise de arenas, entre outras. Esses enfoques possibilitaram avanços interpretativos, em um contexto marcado por uma série de inovações no que diz respeito à formulação e implantação das políticas de desenvolvimento rural. Todavia, assim como os promotores deste espaço fértil de discussões, em que se reuniram diversos pesquisadores em torno desta temática, entendemos como sendo essencial dar continuidade a estas importantes reflexões, considerando o contexto em que vivemos atualmente na sociedade brasileira.

Pensar novos desafios para o mundo rural brasileiro nos remete para o debate sobre a situação de violência e repressão ainda muito presente nesse espaço social e que marca a vida de tantos trabalhadores e trabalhadoras rurais. O grupo de pesquisadores, docentes e estudiosos que se reuniu em torno da temática “Continuidades e discontinuidades da repressão e violência no campo” discutiu a prática da violência e da repressão, desde uma perspectiva histórica, até questões e debates contemporâneos, tratando das violações de direitos humanos no meio rural.

A abordagem teórico-metodológica que balizou os debates teve como referência as discussões realizadas no âmbito da Comissão Camponesa da Verdade (CCV), criada em 2012. Naquele momento foi dado um passo fundamental no trabalho de sistematizar e dar visibilidade às situações de violência e repressão no campo durante a ditadura. Do trabalho da CCV, que contou com a participação de pesquisadores, lideranças de movimentos sociais e gestores públicos, resultou um relatório encaminhado à Comissão Nacional da Verdade (CNV), registrando as violações de direitos no campo no período 1946/1988. No âmbito da CNV, diversas Comissões Estaduais e Municipais também foram criadas com a mesma intenção e produziram relatórios chamando a atenção para a importância de aprofundamento de pesquisas sobre o tema, objetivo deste GT e de vários projetos de pesquisa que procuram dar continuidade à rede constituída como Comissão Camponesa da Verdade.

Toda essa produção teve como objetivo (re)construir o passado e presentificar a memória como parte da luta contra o esquecimento e apontou para a necessidade de construção de caminhos para a Justiça e a reparação como compromisso político para uma sociedade mais solidamente democrática. Essa dimensão é chave no debate daquilo que desejamos não seja mais visto no meio rural brasileiro.

Há muitos elementos, ainda, a serem descortinados ao se tratar das continuidades e descontinuidades sobre a violência e repressão no campo e isto não diz respeito somente ao passado e a memória. Ou seja, o contexto contemporâneo nos impõe também a necessidade de pensar estratégias e discutir caminhos. Segundo dados publicados em 2018 pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), nos seus “Cadernos de Conflitos no Campo”, é alarmante o aumento nos últimos três anos da violência no campo brasileiro, registrando assassinatos, expulsões e despejos, ameaças de morte, prisões, entre outras práticas de violência. As investidas da economia do agronegócio e, mais recentemente, a mudança dos rumos políticos e econômicos no Brasil atingiram frontalmente as formas de vida das populações rurais e agudizaram os conflitos. Assim, entrelaçar questões históricas e atuais poderá ajudar a tecer um entendimento de como as investigações, os estudos e seus resultados podem contribuir para as mudanças e para o debate plural e democrático de ideias em torno desta temática tão importante para os estudos rurais.

Dando continuidade aos debates já realizados no evento anterior da Rede, as pesquisadoras e pesquisadores que se reuniram desta vez em torno da temática “Cidadanias e protagonismos políticos: redefinição de posições sociais das mulheres do campo”, constatam, atualmente, um cenário político-institucional e econômico em que se reduzem as políticas públicas da agricultura familiar e seu recorte de gênero. Soma-se a isto, um ambiente social tensionado por uma visão de mundo conservadora que permitiu emergir diferentes obstáculos para o exercício da cidadania e do feminismo como prática emancipatória. Os processos que levam a desigualdades entre os gêneros não só persistem, mas se reconfiguram buscando esconder as narrativas sobre feminismo rural e secundarizar as formas organizativas (políticas, econômicas, culturais e históricas) das mulheres no campo.

Neste espaço de reflexão em torno dessa temática, foram debatidos algumas questões consideradas fundamentais para compreender a dinâmica e as redefinições em torno da cidadania e do protagonismo das mulheres do campo. Dentre as que foram abordadas, cabe destacar algumas relevantes para o contexto atual. Por exemplo, como pensar o ‘lugar das mulheres’ na conjuntura política institucional, que se reflete não apenas na sub-representação das mulheres, como também no desmonte de instituições/organismos públicos voltados à defesa e ampliação dos direitos das mulheres e na facilitação do seu acesso às políticas públicas? Contata-se que há poucas representações políticas femininas nos espaços institucionalizados nos governos e nas organizações sociais, políticas e sindicais. Como também, são poucos os espaços de diálogo direcionados à incorporação de uma perspectiva de gênero nas políticas públicas e nas ações sociais dos próprios movimentos. Como as mulheres redefinem suas estratégias nestes contextos?

Por outro lado, as desigualdades de gênero ainda são persistentes, revelando a importância dos estudos sobre a divisão sexual do trabalho. Porém, as teorias sobre o campesinato e a

agricultura familiar, ao considerarem a família como um todo homogêneo, apresentam-se sob prismas contraditórios. Ao partir da noção de trabalho familiar, desconsideram-se as relações de poder e a hierarquia existente no interior da família, muitas vezes mediadas por religiosidade, práticas familiares, noção de trabalho e renda, valores morais e culturais e práticas consuetudinárias. Esta ideia de homogeneidade, nem sempre permite revelar os diferentes sujeitos desta família. Como compreender o exercício da cidadania e o papel das mulheres neste contexto?

A noção de trabalho também é questionada. A economia feminista tem apresentado a interrelação direta entre os mecanismos de produção e de reprodução social. A noção de Bem Viver tem se mostrado como um novo referencial analítico para as mulheres. Este entendimento, também, implica em evidenciar os tipos de cidadania expressos no mundo do trabalho, seja na esfera pública, seja na esfera privada. Assim, em que medida a discussão da reprodução social e da produção da vida permite evidenciar uma condição de cidadania para todas as mulheres? Como as vozes femininas tem desafiado os modelos analíticos hegemônicos na luta pelo reconhecimento à cidadania no meio rural? Estas questões instigaram o debate temático e remeteram as pesquisadoras e pesquisadores para estudos que abordem os novos feminismos rurais, que analisem o protagonismos das mulheres no meio rural em interface com as abordagens de classe, gênero, geração, raça, etnia e identidades. Enfim, que se retome uma leitura crítica dos campos de conhecimentos que abordam os estudos de gênero.

Reunidos no âmbito do grupo temático “Conhecimentos, desafios e possibilidades para o fazer agroecológico no mundo rural”, um conjunto eclético de pesquisadores, docentes e estudantes debateram a agroecologia enquanto uma ciência multidisciplinar conformadora das bases para a formação de agriculturas sustentáveis, respeitando os saberes tradicionais e o meio ambiente sendo, portanto, promotora de processos para o desenvolvimento rural sustentável. Cabe ressaltar que os princípios e ações que fundamentam a concepção agroecológica possuem raízes dificilmente determináveis em escala de tempo e espaço. Oriundos de diferentes realidades ecossistêmicas e organizações sociais, estas formas de conceber e agir no mundo vêm sendo reproduzidas, aprimoradas e transmitidas de geração em geração, por meio de aprendizados coletivos e não formais ao longo da trajetória histórica da agricultura, resultando em um processo de coevolução entre as sociedades humanas e a natureza.

Neste espaço de reflexão, ressalta-se que o arcabouço teórico-metodológico da agroecologia é composto por uma heterogeneidade de concepções, todas elas antagônicas ao modelo capitalista de produção e consumo, atualmente hegemônicos. Neste contexto, a agroecologia se propõe promover a relação dialógica do conhecimento científico com os saberes populares, constituindo-se em um campo interdisciplinar, que busca respostas à crise da modernidade. Nesse sentido, entende-se que a agroecologia é criada e recriada nos diferentes territórios de forma a oferecer as bases

necessárias para, a partir do potencial endógeno, viabilizar um processo de (re)construção social e ecológica da agricultura no sentido da sustentabilidade.

Promoveu-se, também, um amplo debate sobre as diferentes abordagens teórico-metodológicas e políticas em torno do conhecimento agroecológico, bem como a análise de experiências empíricas nos diferentes territórios rurais, enfocando-se a interação entre produção familiar, sustentabilidade, processos de transição agroecológica, relações de poder e gênero.

A análise e o debate em torno dos objetivos, impactos e potencialidades das redes de cooperação que se formam para atuar na organização e/ou inserção em mercados que sejam inclusivos e sustentáveis reuniu um conjunto heterogêneo de profissionais e pesquisadores, os quais procuraram centrar suas discussões em torno do tema “Redes de cooperação para mercados inclusivos e sustentáveis”. Constatou-se um elevado crescimento dos mercados agroalimentares mundo afora. Este processo foi caracterizado por forte globalização, alongamento das distâncias espaciais e relacionais nas cadeias de abastecimento, assim como expressiva concentração de capital e poder. Ele representou uma intensa seletividade e exclusão de agricultores e organizações, tanto na base de produção quanto no conjunto das cadeias de abastecimento. Com seu rápido crescimento, estas dinâmicas de mercado geraram forte exclusão socioeconômica e dadas suas exigências de velocidade e escala, representam forte pressão sobre os agroecossistemas, com impacto sobre sua sustentabilidade ambiental.

Agricultores das mais diversas regiões e territórios reconhecem suas limitações de escala e capacidade de intervenção em mercados crescentemente concentrados e excludentes. Por motivações solidárias ou preocupados em permanecer e gerar mercados, eles se associam e cooperam, geram ganhos de escala por cooperação e ampliam seu poder de negociação. Cooperando, eles também buscam o suporte de políticas públicas, organizam-se para obter seus benefícios, tecem redes e se articulam territorialmente.

Entretanto, com a hegemonia de mercados que distanciam quem produz de quem consome, pautados por lógicas industriais, o agroalimentar tornou-se um ambiente gerador de crescente apreensão por parte dos consumidores. Escândalos alimentares e campanhas contra o uso de agrotóxicos têm elevado a busca dos consumidores por formas de abastecimento que assegurem procedência e qualidade. Isto tem promovido diversas formas de redes agroalimentares alternativas e de organização socioeconômica. Assim como há disposição e condições de alguns consumidores em remunerar por uma qualidade diferenciada, há outros que não possuem tais condições. Mesmo assim, se disseminam, mundo afora, redes de cooperação para mercados inclusivos e sustentáveis, com ou sem suporte de políticas públicas.

Alguns elementos temáticos são fundamentais para se refletir em torno destas redes, seus objetivos, impactos e potencial de geração de mercados sustentáveis, dentre os quais, cabe ressaltar

os seguintes: cooperação e associativismo para inserção em mercados agroalimentares sustentáveis; redes, mercados e sustentabilidade; mercados e exclusão socioeconômica; inovações sociais e mercados; redes de civismo agroalimentar; circuitos curtos de abastecimento e relações sociais entre produção e consumo de alimentos; marketing e logísticas solidários; produtos orgânicos e mercados agroecológicos.

O DOSSIÊ

O conjunto dos artigos que apresentamos neste Dossiê reflete, ainda que parcialmente, o rico debate que ocorreu no âmbito do encontro. Dada a limitação de espaço para a publicação, só foi possível selecionar para compor o Dossiê um artigo por GT, embora certamente outros trabalhos poderiam contribuir para enriquecer os debates aqui apresentados.

Como primeiro texto, apresentamos a conferência de abertura feita pela professora Maria de Nazareth Baudel Wanderley, que nos honrou com sua participação no evento, aceitando gentilmente o convite feito pela diretoria e comissão local e, também, a publicação do seu texto no dossiê, considerando tudo o que a Rede representa para ela; o que vem a coroar os esforços dos organizadores visando presentear aos associados e simpatizantes da Rede com uma marcante conferência de abertura. A seguir, o conjunto dos artigos do Dossiê traz em destaque elementos conceituais e problemáticas de análise que giram em torno: a) da categoria trabalho; b) das políticas públicas de comercialização e sua interação com as noções de segurança alimentar e nutricional e transição agroecológica; c) das organizações de redes agroalimentares; d) da participação política de integrantes de movimentos sociais e comunidades tradicionais; e e) dos conflitos por terra e as situações de violência, repressão e resistências no período histórico delimitado pela Comissão Nacional da Verdade.

A categoria trabalho é abordada em três artigos, ainda que de diferentes perspectivas. O artigo de Emmanuel Oguri Freitas e Ana Maria Motta Ribeiro, intitulado: “A Fazenda Cabaceiras e a narrativa camponesa em uma ação possessória”, é fruto de uma pesquisa que abordou a utilização da categoria trabalho escravo como principal elemento analítico para compreender a luta pela permanência dos camponeses na Fazenda Cabaceiras, no Sudeste do Pará. A situação apresentada refere-se à primeira fazenda desapropriada por degradação ambiental e trabalho escravo no Brasil, fato que ocorreu no ano de 2008. Por meio da investigação dos autos do processo, os autores apresentam uma reflexão acerca da disputa de posições entre os proprietários da fazenda e os camponeses, evidenciando as estratégias de ambos os lados, o que acaba por desvelar o movimento de apropriação da narrativa camponesa pelo discurso oficial do Estado.

Por sua vez, Francis Casagrande Zanella, Janaína Betto, Marcos Botton Piccin e Felipe Ferrari da Costa apresentam no artigo “Ensaio sobre as relações sociais de produção nas estâncias

do Rio Grande do Sul”, uma reflexão importante em torno das relações sociais de produção constituídas nas áreas estudadas. Motivados pela escassa literatura recente sobre as relações de produção nas estâncias, os autores se debruçaram sobre esta problemática a fim de compreender as categorias usualmente utilizadas para caracterizar o trabalho na região. A forma como esses trabalhadores se reconhecem em sua condição de *peões* de estância no Rio Grande do Sul revelam a insuficiência do uso simplificado da categoria “trabalho assalariado”, assim como a noção de “pecuarista familiar” apresenta outras insuficiências, visto que a vinculação de muitas das famílias na dimensão material de trabalho nas grandes propriedades e na dimensão simbólica de suas relações pessoais junto a grandes proprietários tende a ser preponderante nas estratégias engendradas nas relações de trabalho.

Ainda no bojo da reflexão sobre a categoria trabalho, Karolyna Marin Herrera apresenta no artigo “Rompendo dicotomias: o cotidiano do trabalho das mulheres rurais”, elementos do trabalho reprodutivo, que englobam os trabalhos domésticos e de cuidados em sua articulação com o trabalho produtivo. Esta articulação faz parte do cotidiano das mulheres rurais e desvela pontos de tensão na busca pela equidade de gênero, seja no que se refere às tarefas e funções designadas prioritariamente para as mulheres e para os homens, seja na sobrecarga de trabalho e desigualdade de tempo de dedicação nas tarefas. A autora aponta para uma limitação da compreensão do trabalho cotidiano das mulheres por meio de abordagens que priorizem o trabalho produtivo na agricultura familiar. Desta forma, ao voltar o olhar para a experiência das mulheres rurais, é possível verificar que o trabalho realizado por elas rompe com a dicotomia trabalho produtivo *versus* reprodutivo, o que permite refletir suas ações para além da compreensão da atividade agrícola como meramente produtiva.

Com relação às políticas públicas, dois artigos do dossiê apresentam um histórico de políticas públicas centrais para a comercialização de alimentos provenientes da agricultura familiar, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Os enfoques dos artigos, no entanto, não recaem sobre as políticas públicas em si, mas sim sobre a interação destas com as noções de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e transição agroecológica.

Vanessa Schottz, no seu artigo “A incorporação de princípios de Segurança Alimentar e Nutricional ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): trajetória e perspectivas”, aborda os esforços recentes de incorporação de princípios de SAN ao PNAE, que resultaram na obrigatoriedade de aquisição de um percentual mínimo de 30% de produtos da agricultura familiar. A autora enfoca sua análise na participação das organizações sociais na aprovação da lei 11.947/2009 e no processo de regulamentação dos mecanismos de compra da agricultura familiar. A institucionalização da compra de alimentos provenientes da agricultura familiar esteve fortemente

associada à atuação de coalizões de atores articulados em torno da ideia de SAN e do fortalecimento da agricultura familiar em um ambiente político e institucional permeável às demandas da sociedade civil e caracterizado pela centralidade da política de SAN na agenda pública. No entanto, a autora ressalta que o processo de participação de organizações sociais está ameaçado pelo processo de deterioração dos espaços democráticos participativos no atual contexto político brasileiro e, ademais, reforça a preocupação sobre o processo de regulamentação da compra dos produtos da agricultura familiar, estratégia central para a reprodução social de agricultores familiares e para a segurança alimentar e nutricional de setores vulneráveis da população.

Com um enfoque diferente, o trabalho de autoria de Ricardo Serra Borsatto, Miguel A. Altieri, Henrique Carmona Duval e Julian Perez-Cassarino, intitulado “Desafios dos mercados institucionais para promover a transição agroecológica”, avalia o papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em iniciativas para fomentar a transição agroecológica e orgânica. Com o objetivo de compreender o papel que políticas baseadas em compras públicas e incentivos de preços têm em territorializar sistemas de produção orgânicos/agroecológicos, os autores se detiveram na análise da criação de mercados institucionais baseados em compras públicas do PAA. Os resultados da pesquisa sugerem que a criação desses mercados institucionais oferece incentivos insuficientes para territorializar processos de transição orgânica/agroecológica entre os agricultores camponeses e familiares. Para os autores, a transição agroecológica e orgânica só é possível através de uma combinação de fatores, tais como, o papel das organizações sociais de agricultores familiares nos processos de territorialização de práticas de produção sustentáveis, juntamente com práticas conjugadas de compras públicas com outras iniciativas como subsídios para transição, créditos e extensão rural.

O trabalho de Renê Birochi, Carolina Vivan e Ana Clara de Borba Granzotto traz contribuições sobre as organizações estabelecidas em torno do alimento. O artigo intitulado: “As faces divergentes de organizações em redes agroalimentares” aborda a experiência dos Convívios Slow Food, células locais do Movimento Slow Food, lugar onde as relações sociais resultantes do alinhamento a princípios e valores agroalimentares - o alimento bom, limpo e justo - difundem-se como eixo organizador de interações organizacionais. Os autores identificam e caracterizam os traços definidores de tais organizações, localizadas na Grande Florianópolis, em Santa Catarina que, por meio da convivialidade, experienciam e disseminam formas organizacionais não pautadas exclusivamente por atributos empresariais, característicos de entidades mercantis. A pesquisa empreendida traz contribuições para o campo dos estudos organizacionais na temática da construção de novos mercados de alimentos da sociobiodiversidade.

No bojo da reflexão sobre participação política de integrantes de movimentos sociais e comunidades tradicionais, estão os trabalhos de Claudia Kathyuscia Bispo de Jesus e Joyce Gotlib.

O primeiro, intitulado: “‘O que nós quer é ocupar todos os espaços’: a participação sociopolítica do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em Conselhos Gestores” analisa a participação de integrantes do MST em Conselhos Gestores do município de Nossa Senhora da Glória, em Sergipe, trazendo uma discussão sobre as motivações, as estratégias e disputas nesse campo político, além de ressaltar os processos identitários desses atores sociais. Segundo a autora, a participação de assentados em conselhos gestores desencadeia processos identitários que estão alterando a dinâmica interna tanto dos conselhos quanto a do próprio movimento social no que se refere à sua atuação política. Ademais, essa participação sociopolítica do MST é entendida como uma tentativa de permanência e de busca por melhores condições de vida nos assentamentos rurais.

O segundo artigo, de Joyce Gotlib, intitulado “Contrapondo acordos entre pessoas e parques em contextos do Sul”, aborda a participação política de integrantes de movimentos sociais, trazendo um estudo comparativo de duas realidades, o processo de titulação da comunidade quilombola de Ivaporunduva, localizada no Vale do Ribeira, e o da comunidade Bhangazi, situada na província de Kwazulu-Natal, África do Sul. Em ambos os casos, a autora apresenta o conflito existente entre entidades ambientalistas e movimentos sociais de luta pela terra, assim como discute as estratégias engendradas por atores estatais a fim de solucionar conflitos envolvendo projetos de desenvolvimento concorrentes: a criação de parques e a reparação histórica de comunidades negras por meio da titulação de seus territórios. Essas iniciativas estão pautadas em visões de mundo sobre a natureza e o funcionamento do meio, que diferem consideravelmente das conceituações nativas acerca do funcionamento dos seres que englobam sua realidade vivida.

Por fim, o último artigo que integra o Dossiê, intitula-se: “A memória sobre a questão agrária durante a ditadura de 1964-1985: a Comissão Nacional da Verdade e a sociedade civil”, e é de autoria de Fabricio Teló. O autor se debruça sobre a Comissão Nacional da Verdade e a forma como esta comissão abordou a expulsão de milhares de camponeses e indígenas das terras onde residiam e trabalhavam durante a ditadura de 1964-1985, o que contribuiu para o aumento da concentração fundiária. O trabalho enfatiza a importância não apenas das violências físicas, mas também das violências estruturais, como o não acesso ou o acesso precário à terra. O argumento é que não apenas os direitos políticos e civis violados são dignos da atenção da justiça transicional, mas também os socioeconômicos e culturais. Por fim, o autor sugere, devido à inserção das contribuições da sociedade civil, que o capítulo sobre os povos indígenas no relatório da Comissão Nacional da Verdade foi mais inclusivo em comparação com o destinado aos camponeses.

Esperamos que a leitura dos artigos estimule a continuidade dos debates e dos estudos em torno dos temas e das problemáticas analisadas pelos autores e autoras integrantes deste Dossiê.